



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.

1

2

3

4

Ata Nº 248

5

Comitê de Investimentos

6

7 Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e quinze, às quatorze horas e quinze
8 minutos, na sala de reuniões, 14º andar do prédio, nas dependências do PREVIMPA,
9 situado na Rua Uruguai, nº 277, nesta Capital, reuniu-se o Comitê de Investimentos
10 deste Departamento, em sua ducentésima quadragésima oitava reunião. Compareceram
11 os membros: Rodrigo Machado Costa, Presidente da mesa, Daniela Silveira Machado,
12 Chefe da Unidade Financeira, O Diretor-Geral do Previmpa, o senhor Laerte Campos de
13 Oliveira, os Economistas da Unidade de Investimentos, os senhores Tiago Iesbick,
14 Carlos Fabretti e Rogério de Oliveira, os representantes do Conselho de Administração,
15 os senhores Renan da Silva Aguiar, Luis Fernando Fraga, Luis Ferrari Borba e Ari
16 Krasner. Constatado quórum, o senhor Rodrigo abre a sessão apresentando os novos
17 integrantes do Comitê de Investimentos, os senhores Renan da Silva Aguiar e Ari
18 Krasner. Feitas as boas-vindas aos novos integrantes da mesa, na sequência, o senhor
19 Rodrigo destaca que solicitou o processo administrativo que versa sobre o
20 credenciamento de instituições financeiras que estava tramitando na Procuradoria. Ele
21 relata que o processo estava sendo analisado pelo Procurador Alexandre que ainda havia
22 se manifestado. No processo há uma proposta inicial produzida pela Procuradora
23 Anelise Jacques da Silva e sugestões de aprimoramentos encaminhadas pela Unidade
24 Financeira. Porém, retornado a Procuradoria não teve concluída a análise e face a
25 alteração da Portaria 519, entendeu pertinente a revisão pela Unidade de Investimentos
26 de sua avaliação anterior. Enfatizou o trabalho do Economista Carlos Fabretti na
27 produção de avaliações e questionamento sobre o tema. Assim, sugeriu o arquivamento
28 deste, com o propósito de promover o avanço dos debates por meio de processo
29 administrativo. O senhor Carlos Fabretti pede a palavra ao Presidente, o qual lhe
30 concede. O economista explicou o conteúdo sobre o credenciamento aos novos
31 integrantes do colegiado desenvolve um apanhado geral do tema, e sugere ao senhor
32 Rodrigo o envio do processo administrativo aos seus cuidados, a fim de retomar a
33 discussão através da produção de um resumo e discuti-lo no próximo encontro do
34 Comitê. O senhor Tiago, de maneira mais específica, detalhando dispositivo disposto
35 em ato administrativo da autoridade previdenciária que versa sobre credenciamento,
36 ressaltou a importância de dividir a avaliação de administradores e gestores de fundos
37 de investimentos, como também instituições que realizam a cotação para compra de

38 títulos públicos. A seu tempo, o senhor Rodrigo reconhecendo procedente a sugestão do
39 economista Fabretti, entrega a ele o processo administrativo e declara que na próxima
40 reunião do colegiado pautará o debate sobre credenciamento. Dando sequência a
41 reunião, o senhor Rodrigo passa a palavra ao economista Tiago. O senhor Tiago começa
42 a apresentação sobre o cenário econômico atual. O economista destaca quatro fatores
43 que impactam nas taxas de juros futuras do Brasil: inflação, dívida pública, fluxo de
44 capitais e taxas de juros reais de 10 anos dos Estados Unidos. No tocante a inflação,
45 ressalta a trajetória em 12 meses dos preços administrados, 14,1% de aumento em maio
46 de 2015, e livres, 6,8% de aumento em maio de 2015, a resposta dela sobre a
47 alimentação no domicílio, produtos industriais e serviços, as projeções do Banco
48 Central do Brasil nos cenários de referência e de mercado e as expectativas dos agentes
49 econômicos sobre o IPCA. Em sua perspectiva, a resistência da inflação de serviços é
50 um dos motivos que levam o mercado a incorporar desconfiança no atingimento da
51 meta de inflação, 4,5%, em 2016. Continuando a apresentação, trabalha o fator dívida
52 pública. Segundo ele, o ajuste fiscal é necessário para, primeiramente, estabilizar a
53 dívida bruta sobre o PIB e, posteriormente, colocar essa relação em trajetória
54 decrescente. Faz breve histórico do ajuste fiscal recente no Brasil. Informa que corte de
55 gastos, aumento de receitas, venda de ativos e aumento do PIB são formas de
56 implementar o ajuste fiscal. Revela os riscos dessa política fiscal e menciona o impacto
57 sobre o resultado primário do Governo Central. Aborda o questionamento que faz o
58 mercado financeiro sobre qual seria o superávit primário compatível com a estabilização
59 e redução da dívida bruta sobre o PIB. Segundos estimativas do FMI, a meta de
60 superávit primário de 2% do PIB começaria a reduzir a dívida pública, no nosso cenário
61 macroeconômico central; mas elevar a meta em 0,5 ponto porcentual ajudaria a colocar
62 a dívida pública em uma trajetória de queda mais firme, ao reduzir mais rapidamente os
63 gastos com juros e aumentar a resiliência a choques e potenciais riscos fiscais. Comenta
64 ainda a nova programação de reequilíbrio fiscal, revelando a nova meta para a conta,
65 que passou a 0,15% do PIB de 1,1% estabelecido no início do ano de 2015.. A respeito
66 da dívida pública, aborda a trajetória e projeções da dívida pública líquida e bruta, e o
67 resultado nominal do governo federal, em 12 meses, -7,9%, com relação ao PIB, junho
68 de 2015. No tocante a ao fluxo de capitais, avalia por meio de pontos positivos e
69 negativos a liquidez mundial, as estimativas para o crescimento mundial, para 2016,
70 emergentes, 4,7%, países maduros, 2,4% e mundo, 3,8%. Versa também sobre o saldo
71 em 12 meses do fluxo cambial para o Brasil, mais detidamente na Bovespa.
72 Repercutindo o último fator arrolado, taxa livre de risco mundial, a taxa de títulos de 10
73 anos dos Estados Unidos, ressalta a provável elevação das taxas de juros em 2015, e
74 explora possíveis efeitos na economia mundial diante desse evento. Para a fase final de
75 sua apresentação, o economista chefe da Unidade de Investimentos do PREVIMPA,
76 chama a atenção dos integrantes presentes para a sugestão de alocação. Para ele,
77 considerando os eventos geopolíticos que seguem trazendo elevados riscos para a
78 economia mundial, a contínua expansão monetária mundial que traz consigo diversos
79 riscos financeiros (bolhas), a reversão da política monetária mundial que traz o risco de
80 estouro de bolhas e o fantasma da estagnação secular levam a Unidade de Investimentos
81 a sugerir o seguinte cenário para apreciação da mesa: a) aplicações de menor risco para

82 posições firmes – fundos DI, fundos IRFM-1, fundos IMA-B 5, NTN-Bs até 2020, LFT
83 e LTNs, até final de 2017; b) aplicação de curto prazo em IMA B 5 +, somente se a taxa
84 de 10 anos superar os 7%, sendo seguida de perto pelas taxas mais longas; c) aplicações
85 em bolsa somente se o Ibovespa passar a negociar em torno dos 40.000 – 45.000 pontos.
86 Ele ainda informa que Cenário econômico-político brasileiro mais claro e menos
87 caótico, cenário fiscal com maior confiança e que estabilizará a dívida bruta % PIB,
88 reversão da probabilidade de os EUA subirem os juros no curto prazo, cenário
89 econômico mundial mais claro sobre as perspectivas de crescimento poderiam alterar as
90 sugestões. Pedindo a palavra, o senhor Rogério se posicionou com relação à sugestão de
91 alocação. Para o economista da Unidade Investimentos do PREVIMPA, ponderando os
92 resultados de indicadores econômicos, projeção de -1,70% de crescimento em 2015,
93 segundo relatório Focus do dia 17/07/2015, o desemprego avançando para 6,9% em
94 junho, ante maio do corrente, conforme IBGE, e resultado nominal do governo federal
95 em 12 meses no patamar de -7,90% do PIB em junho de 2015, de acordo com a
96 apresentação do cenário econômico, e a adoção de postura contracionista das políticas
97 fiscal e monetária até agora implementadas, que fizeram o ministro da Fazenda e do
98 Planejamento a reduzirem a meta de superávit primário de 1,1% do PIB a 0,15%, e que
99 elas também contribuíram na redução, em termos reais, de 3,0% aproximadamente a
100 arrecadação federal e aumentou a dívida pública bruta de um patamar de 55% do PIB a
101 62,49%, ele aposta, em decorrência disso, na manutenção e, por consequência, no
102 encerramento ciclo de alta da taxa Selic, nos atuais 13,75%. Sendo assim, ele vota
103 aplicar em fundos IMB B5 e vota não aplicar em renda variável até a próxima reunião
104 do colegiado. O economista Carlos Fabretti Patricio se manifesta desfavorável à
105 indicação de aplicação de Curto Prazo em fundo IMAB5+ colocando que já é de
106 conhecimento dos membros antigos do colegiado a sua opinião em relação às operações
107 de curto prazo que explora os “excessos do mercado”. Na opinião do economista a
108 operação caracterizada com a qualificação “curto prazo” se encaixa muito mais como
109 uma operação especulativa e não como uma operação tipicamente previdenciária, em
110 função de dois problemas: o primeiro, a perda de foco na gestão de todo o ativo do
111 fundo previdenciário, pois considerando as taxas das NTN-Bs acima de 7% é muito
112 mais interessante aproveitar o estresse do mercado para o posicionamento em títulos
113 com esta taxa para encarteiramento, passando a discussão ao foco de quanto do
114 patrimônio com a perspectiva máxima de até ao vencimento, enquanto o único fundo
115 indicado para esta operação deve ter uma PL de 400 milhões havendo limites
116 estabelecidos na resolução 3922; o segundo, que os fundos IMAB5+ tem em carteira
117 papéis que pelo horizonte temporal ensejam risco de mercado de suas cotas tal qual as
118 flutuações de preços do mercado de ações (V@R +/-2% ao dia): assim, compramos a
119 cota de um fundo que obtém sua valoração ao momento do fechamento do dia e usamos
120 como referência o preço dos papéis que o compõem em período anterior ao de
121 fechamento. Porém, a cotação do fundo depende da eficiência das movimentações do
122 gestor no dia e da precificação dos papéis que o compõem, além do risco de mercado
123 que a operação visa rentabilizar, existe o risco da operação entre o período da ordem de
124 resgate e da efetiva precificação da cota do título no dia da realização. As aplicações em
125 ativos que ensejam maior risco devem ser encaradas como aplicações de longo prazo. O

126 Economista Carlos Fabretti Patricio se inclina no momento a uma carteira de fundos em
127 uma posição majoritariamente em fundos DI. O chefe da Unidade de Investimento, o
128 senhor Tiago colocou que a UINV havia elaborado formulário para indicação de voto
129 com relação às possibilidades de investimento, porém em virtude do adiantado da hora,
130 foi encaminhado que o mesmo seria enviado por E-mail para o preenchimento de cada
131 membro e retorno para a UINV assim como a apresentação referente ao rendimento do
132 3º bimestre. Isto posto, o senhor Rodrigo declara encerrada a presente reunião às
133 dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida
134 e aprovada, será assinada pelos representantes presentes:

135

136

137

138 Rodrigo Machado Costa

139 Presidente

140

141

142

143 Laerte Campos de Oliveira

144 Diretor-Geral do PREVIMPA

145

146

147

148 Daniela Silveira Machado

149 Chefe da UFIN/PREVIMPA

150

151

152

153 Tiago Iesbick

Carlos Fabretti Patrício

Rogério de Oliveira

154 Economistas da Unidade de Investimentos

155

156

157

158 Luis Fernando Braga Renan da Silva Aguiar Ari Krasner Luis Ferrari
159 Borba

160 Representantes do Conselho de Administração